

Sarney só aceita acordo com emenda de Maurílio

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney já decidiu: só aceita qualquer negociação em torno da relação entre a Assembléia Nacional Constituinte e o Poder Executivo a partir da emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE), por achar que ela preserva a soberania dos constituintes e o seu mandato. O Presidente comunicou isso a, pelo menos, duas pessoas: o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e o Líder do PFL, Deputado José Lourenço.



José Lourenço comunica ao Secretário Saulo Queiroz a posição de Sarney

Ontem mesmo, José Lourenço procurou Sarney para tentar convencê-lo da dubiedade que o PFL encontrou na emenda de Maurílio Ferreira Lima. Na sua opinião, a proposta do parlamentar peemedebista abre espaço para que situações políticas delicadas sejam forçadas para permitir a redução do mandato presidencial. O Líder do PFL não foi feliz: ouviu de Sarney exatamente o oposto, ou seja, que ele sente-se mais seguro com a emenda Maurílio.

A diferença entre as duas propostas é aparentemente semântica: ambas propõem código de defesa do Executivo e à Assembléia. Uma, a de Maurílio, agrada Sarney por utilizar o termo "sobrestar", ao justificar uma ação de resposta da Constituinte a uma atitude considerada arbitrária do Executivo. Outra, a defendida pelo PFL, usa a expressão "salvaguardar" a Constituinte. Sarney considera essa última proposta subjetiva, o que dificulta sua aceitação.

José Lourenço disse que ainda espera um acordo com o PMDB quanto

ao substitutivo do Regimento da Constituinte. Segundo ele, a proposta do Líder do PDS, Deputado Amaral Neto, de votar em separado cada um dos itens que o grupo deseja mudar no substitutivo de Regimento, tornaria muito demorada essa votação.

A rigor, porém, como admitem dirigentes do PFL, o partido só poderia partir para o confronto em plenário se soubesse exatamente com quantos dissidentes do PMDB poderia contar. Ontem, em meio a uma tarde de contatos com Amaral Neto e com o Sub-Chefe do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares, Henrique Eduardo Hargreaves — que auxilia o PFL nas negociações com o PMDB sobre o Regimento — os pe-

listas dedicavam-se à contabilidade das forças com que contariam em plenário caso o acordo fosse inviabilizado.

Por esses cálculos, além dos 132 Constituintes do PFL, a modificação do substitutivo, especialmente quanto à limitação dos "Projetos de Decisão", teria o apoio de 17 do PTB, 32 do PDS e cinco do PDC e do PL. A soma é de 186 Constituintes, o que daria ao grupo a maioria necessária, embora muito apertada.

O Líder do PFL voltou a acusar o "grupo pró-soberania" do PMDB de dificultar os entendimentos, na medida em que defende que a Câmara e o Senado sejam mantidos em recessão durante o funcionamento da Constituinte.

Líder do Governo alerta para riscos à transição

BRASÍLIA — O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, alertou ontem para a necessidade de o processo de transição para a democracia ser efetuado dentro do "tempo certo" para a sua maturação, sem atropelos ou precipitação, de modo a assegurar a estabilidade institucional do País.

A polêmica questão da soberania da Constituinte e o consequente super-poder que ela adquiriria a partir de uma definição subjetiva e inexacta do projeto de decisão é, para o Líder do Governo, um fator que poderia perturbar a transição democrática, que se pretende pacífica, uma vez que daria margem a precipitação do processo sucessório.

— O ritmo de transição que está na cabeça de Ulysses Guimarães de-

ve ser o mesmo que está na cabeça do Presidente José Sarney.

Analisando com profundidade o parágrafo 7 do artigo do projeto de Regimento Interno da Constituinte — que pretende conferir à Assembléia o direito de alterar a Constituinte atual somente se seus trabalhos estiverem ameaçados — assessores do Planalto concluíram que, caso o item não estivesse concebido com precisão, haveria o risco de interpretação subjetiva.

Neste exame, a assessoria governamental chegou a prever a possibilidade de Constituintes oposicionistas apresentarem sucessivas proposições de redução imediata do mandato de Sarney que, mesmo rejeitadas no seu nascedouro, poderiam

precipitar uma reação em cadeia que culminaria com o engajamento da sociedade civil, a exemplo do que ocorreu por ocasião da mobilização popular pelas eleições diretas, em 1984.

A compreensão da necessidade de que a transição se encaminhe pacificamente tem se verificado em setores do PMDB identificados como "esquerda independente", assegurou o Líder do Governo. Segundo Sant'Anna, essa percepção permitiu, por exemplo, que a votação do projeto de Regimento Interno da Constituinte fosse adiada.

— A esquerda independente é uma aliada tática nossa, pois percebe a necessidade de uma transição sem atropelos — frisou Carlos Sant'Anna.

Fernando Henrique só vê uma saída: negociar

SÃO PAULO — O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem que o impasse "a ferro e fogo" que se instalou na Aliança Democrática não leva a nada, porque as forças que a compõem são equivalentes e agora só resta uma saída: negociar, a fim de evitar "a tempestade em copo d'água que está ocorrendo".

Na visão do Senador, que durante o Carnaval esteve se recuperando de uma cirurgia da face em seu sítio de Itiúna, a superação da crise entre o Presidente José Sarney e o Presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, "não poderá sair de uma posição conservadora nem de uma irri-

tação progressista, mas de uma negociação madura em que as concessões recíprocas deverão ocorrer inevitavelmente". O objetivo desse entendimento é, a seu ver, a promulgação de uma Constituição que assegure o avanço democrático e econômico do País.

Na próxima segunda-feira, dia 9, os Senadores deverão reunir-se em Brasília para mais uma rodada de discussões em torno do Regimento Interno da Constituinte, de que é relator Fernando Henrique. Ele disse ontem que, "por uma questão de bom senso", o Senado não deve intervir nos trabalhos constitucionais, e vice-versa.

A possibilidade de se incluir na fu-

tura Constituição algum dispositivo visando a reduzir o mandato do Presidente José Sarney foi classificada pelo Líder do PMDB no Senado como uma "discussão infértil". Segundo ele, "José Sarney tem força suficiente para se garantir no poder". Para Fernando Henrique, confundiu-se a criação de um dispositivo que objetivava salvaguardar a Constituinte com uma medida constitucional destinada a restringir o período de mandato presidencial.

— Não se altera a Constituição através de atos deste tipo, principalmente durante um período em que estamos justamente elaborando uma nova Constituição — afirmou o Senador.

PDS se prepara para atrasar votação do Regimento

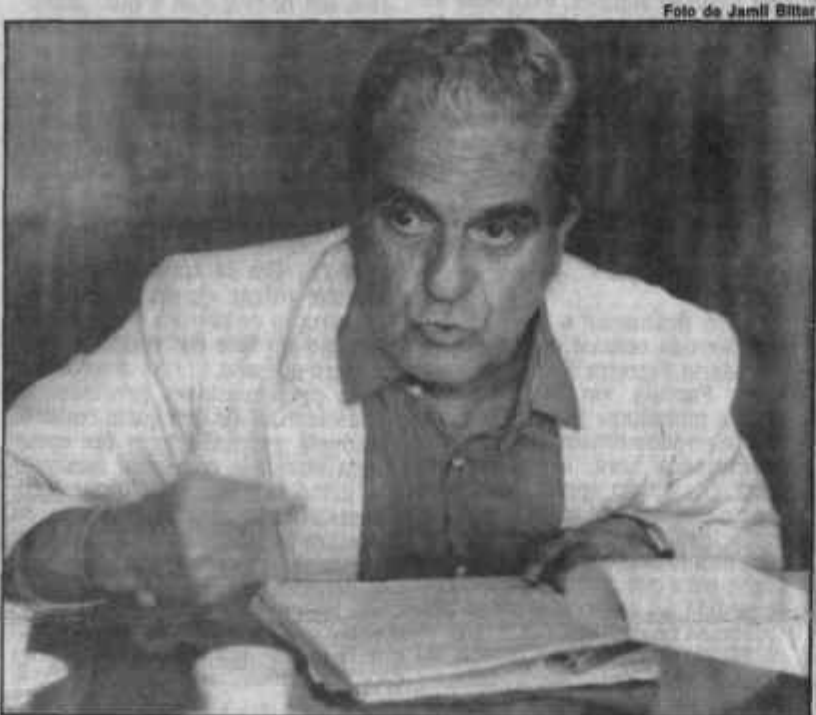
BRASÍLIA — O Líder do PDS na Câmara, Deputado Amaral Neto, disse ontem que utilizará todos os instrumentos regimentais para adiar o máximo possível a votação do Regimento Interno, caso as propostas do partido não sejam inseridas no acordo que o PMDB e o PFL estão fazendo a fim de delimitar a soberania da Constituinte.

— Nós temos condições de, sozinho, atrasar a votação do regimento por até 30 dias, lançando mão dos destaques — advertiu Amaral Neto. Ele adiantou que se as posições do PDS não forem acolhidas, o partido pedirá votação nominal de cada um dos itens de cem destaques que deverão ser apreciados.

O PDS defende a limitação da soberania da Constituinte, o funcionamento concomitante da Câmara e do Senado com os trabalhos da Assembléia, a distribuição proporcional dos cargos das comissões temáticas, a revisão do quorum previsto no projeto de regimento interno para várias iniciativas e a eliminação das propostas de referendo popular e da iniciativa popular na apresentação de projetos constitucionais.

— Isso tudo é uma palhaçada — atacou o líder pedessista, para quem tais dispositivos não passam de um "jogo de cena".

Ele chegou a citar o exemplo de um Deputado comunista, cujo nome não revelou, que lhe teria dito que "coisas como a iniciativa popular devem ser aprovadas somente para dar a ilusão ao povo de que está par-



Amaral Neto exige a inclusão da proposta do PDS delimitando a soberania

ticipando do processo".

De posse de um abaixo-assinado de 31 dos 38 parlamentares do PDS, Amaral Neto reiterou sua postura oposicionista em relação ao Governo, mas frisou não ser contra o regime.

— Oposição ao regime é quando se ignora e contesta uma Constituição que deu origem a esta Constituinte

— enfatizou.

O Líder pedessista criticou ainda o grupo pró-soberania por defender posições, a seu ver, "cínicas" e sugeriu que os defensores da soberania plena da Constituinte encaminhem um documento à Mesa da Assembléia renunciando aos seus mandatos quando a nova Constituição for promulgada.

Egídio afirma que o Presidente está estimulando crise ao alijar PMDB

BRASÍLIA — Ao ameaçar o PMDB com o tratamento dado aos opositores do Governo, o Presidente Sarney e o PFL estão estimulando uma crise política grave e cometem o erro de alijar o partido vitorioso nas eleições e responsável maior pela transição democrática. Essa é a opinião do Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), para quem Sarney "teria todas as condições de conseguir um pacto político que garantisse a estabilidade do Governo e permitisse a solução da crise econômica".

O Deputado, habitualmente cauteloso nas declarações envolvendo problemas do PMDB com o Governo, assumiu ontem uma posição dura na defesa do Partido e de seu Presidente, Deputado Ulysses Guimarães, contra os recados do Palácio do Planalto transmitidos pelo Líder do PFL na Câmara, José Lourenço.

— O Governo está acuando proposadamente o PMDB a partir do momento em que aceitou a orientação do PFL. Se caminhar assim, haverá uma crise política muito grave. Espero que o Presidente Sarney venha ser tocado pelo equilíbrio e bom senso, porque ele sabe que o PMDB não está interessado em desestabilizar seu Governo e muito menos reduzir o mandato presidencial, que é uma questão a ser discutida ao final dos trabalhos da Constituinte, na Comissão de Disposições Transitórias.

Egídio afirmou que a posição de Sarney, anunciada por José Louren-

ço, lembra "a mesma situação de 1961, quando Jânio Quadros ignorou os partidos e passou a governar com meia dúzia de amigos, levando o País ao regime autoritário".

— O Presidente Sarney deve assumir uma postura de estadista e não aceitar a orientação de um partido que saiu batido pelas urnas nem compactuar com uma minoria ressentida que não quer perder seus privilégios. Basta dizer que as quatro figuras mais importantes do PFL, os Ministros Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen e Aureliano Chaves, perderam as eleições em seus Estados.

Egídio Ferreira Lima disse que ainda não conversou com o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, sobre a mais recente atitude do Presidente Sarney, mas acha que Ulysses deve procurá-lo com urgência para manifestar estranheza pelas declarações do Líder do PFL.

— A questão a essa altura é do Partido. O País estará em grave crise política se persistir essa insensatez do Governo e do PFL.

As frases mais duras do Deputado Egídio Ferreira Lima foram dirigidas a José Lourenço, que, segundo ele, "perdeu inteiramente o juízo". — Preocupado com a fragilidade política da Frente Liberal, Lourenço tornou-se passional e agressivo, despendo de vez a máscara dos palanques para mostrar a face de direitista que quer a volta do regime autoritário.

Grupo advertido contra manobra

BRASÍLIA — O grupo pró-soberania do PMDB considera a intransigência do PFL quanto ao funcionamento normal do Congresso uma manobra política perigosa, que, se atingir a supremacia da Constituinte, colocará em risco a própria transição democrática.

O grupo surpreendeu-se com o "repentino endurecimento" do PFL, que na reunião de quinta-feira passada com o Deputado Ulysses Guimarães havia concordado com a fórmula do recasso branco. O resultado foi transmitido por Ulysses ao Presidente Sarney, no encontro que mantiveram no sábado, e sobre ele ambos concordaram.

Muitos Deputados do pró-soberania estão pessimistas quanto às chances de votação do Regimento na próxima semana. Já não haveria mais o que ceder ao PFL, pois o funcionamento pleno da Câmara e do Senado, que os peffelistas passaram a defender, esvaziaria a Constituinte; e isto é inaceitável para o grupo.

Pela análise dos Deputados do grupo, o comportamento do PFL é parte de uma manobra de valorização do partido às vésperas da reforma ministerial, fazendo-o aparecer como principal suporte do Governo. Destacar a maioria do PMDB na Constituinte, aproveitando a sua crise de identidade, é um objetivo para o qual o PFL estaria trabalhando dentro de um plano mais amplo, que visa a formação de um bloco leal ao Governo.

PFL quer fim de privilégios para políticos infieis ao Governo

BRASÍLIA — O Secretário-Geral do PFL, Deputado Saulo Queiroz, disse ontem que o partido "caçará" os peemedebistas que não apoiam o Governo e cobrará do Presidente José Sarney o "fim dos privilégios aos políticos que não dão suporte ao Executivo". Segundo ele, na medida em que o Presidente estiver disposto a demitir de cargos federais representantes de Parlamentares "rebeldes" do PMDB, "estará dando o justo mérito do PFL".

— Chegou a hora de separar o joio do trigo, porque causa constrangimento no PFL ver que políticos que não apoiam o Governo como nós recebem atenções e privilégios do Palácio do Planalto — disse o Deputado. Ele afirmou que os pontos defendidos pelo PFL para o Regimento da Constituinte constituem questões importantes para o Governo e que, como a votação da matéria é nominal, o Presidente saberá quem está ao seu lado.

O Líder do PFL da Câmara, José

Lourenço, porém, acha que nem mesmo é necessário que o seu partido ou o Líder do Governo no Congresso, Deputado Carlos Sant'Anna identifique para o Presidente Sarney os políticos que não estão afinados com as posições governamentais.

— As posições são todas públicas — disse, acrescentando que ao romper com o Presidente Figueiredo, no Governo passado, sofreu o ônus desta atitude, perdendo cargos que tinha na Bahia. Segundo ele, "é natural, nas democracias, a distinção entre Governo e oposição".

O Líder do PFL disse que admite a possibilidade de que blindados do Exército voltem a circular pela Esplanada dos Ministérios para reprimir manifestações populares de pressão sobre a Constituinte — como aconteceu na manifestação contra o Plano Cruzado, em novembro do ano passado. Lourenço afirmou que não pretende ver o País "voltar aos tempos do General Newton Cruz (ex-Comandante Militar do

Planalto)";

— Apenas não é possível que o Governo admita baderna na Constituinte. Pressões, como por vezes se tenta fazer sobre o Executivo ou o Legislativo não são admissíveis — afirmou.

O Sub-Chefe do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares, Henrique Eduardo Hargreaves, admitiu ontem o fortalecimento do PFL na Aliança Democrática, diante do alinhamento do partido com o Governo.

— Não se mexe com quem está quieto — disse.

Segundo Hargreaves, a união de forças do PFL, PDS, PTB e PDC em favor da modificação do substitutivo do Regimento redigido pelo Senador Fernando Henrique Cardoso não dá ainda ao Governo uma dimensão do bloco parlamentar com que pode efetivamente contar para seu apoio. Ele acredita que o levantamento desse segmento está sendo feito pelo Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna.

Para Maciel, mandato já está definido

RECIFE — O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, disse ontem que considera definida a questão da duração do mandato do Presidente Sarney, que "jurou fidelidade a uma Constituição em vigor e que lhe confere o prazo de seis anos para governar o País".

— E óbvio que se poderá dizer que a Constituição pode alterar esse mandato — disse Maciel —, mas acredito que isso não deve ocorrer, pois em caso contrário seria desconhecer os direitos subjetivos. Além do mais, entendo que o Presidente vem fazendo um excelente trabalho.

Maciel, que ontem lançou o livro Educação e Liberalismo na sede dos Sindicatos dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco, disse que acha o mandato de cinco anos ideal para a Presidência da República, sem direito a reeleição, "pois não é da tradição brasileira a reeleição".